



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

**SR. PRESIDENTE;
NOBRES PARES.**



REQUERIMENTO Nº

156/20

O Decreto deste Estado nº 64.659, de 11 de dezembro de 2019, instituiu o “Programa Município Resiliente”, com o objetivo de:

- I – Estimular os Municípios paulistas a adotarem políticas de redução de riscos de desastres, em harmonia com o desenvolvimento sustentável;
- II – Reconhecer a boa gestão municipal de riscos de desastres, por meio, de certificação da maturidade de gestão em desastres;
- III – Priorizar o acesso dos municípios que se destacarem-na gestão de redução de riscos de desastres, aos recursos da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Em resumo, o “Programa Município Resiliente”, tem o objetivo de incentivar gestores municipais a desenvolverem ações para o estabelecimento de cidades resilientes, como parte de processos de urbanização sustentável.

O Decreto Estadual, em conjunto com a Resolução nº CMIL/CEPEDEC 6-610-2020, que dispõe sobre o funcionamento do referido Programa, estabelecem que terão prioridade aos recursos públicos da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC/SP), os municípios que provarem uma maior evolução na gestão de redução de riscos e desastres.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Poderão participar do Programa, os municípios que apresentarem informações ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), para composição do Índice de efetividade da Gestão Municipal, conforme a Instrução nº 2-2008 e o artigo 5º da Resolução nº 2-2015, ambas do TCE/SP.

A avaliação ocorrerá, por meio, da pontuação obtida no questionário de indicadores de gestão fornecidos pelo TCE/SP.

Diante do exposto, na intenção principal de obtermos informações se o Município de Praia Grande está atento as disposições da mencionada Resolução e do Decreto Estadual citados anteriormente neste Trabalho, que em resumo definem a possibilidade de obtermos recursos públicos do Estado, que serão disponibilizados pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDC), voltados para a execução de obras preventivas e recuperativas e para a realização de estudos e aquisição de equipamentos, é que **REQUEIRO** à Mesa respeitadas as formalidades regimentais, depois de ouvido o Douto Plenário, seja aprovado o envio deste Trabalho ao **EXCELENTÍSSIMO SR. ALBERTO PEREIRA MOURÃO**, PREFEITO DESTA CIDADE, indagando e solicitando respostas as perguntas a seguir formuladas:

- O Governo Municipal está atento ao teor descrito no Decreto Estadual nº 64.659, de 11 de dezembro de 2019 e na Resolução Estadual nº CMIL/CEPEDEC 6-610-2020, que dispõe o funcionamento do “Programa Município Resiliente”?



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

- Em caso afirmativo, que setores da Administração Pública Municipal, estão acompanhando e tomando as medidas administrativas cabíveis, para a possível obtenção de recursos financeiros, que poderão ser destinados a execução de obras preventivas e recuperativas, além da realização de estudos e aquisição de equipamentos, iniciativa que, poderá beneficiar o município e evitará a utilização de recursos do orçamento municipal, com essas finalidades?
- Em caso de resposta negativa a primeira pergunta formulada, que fato, justificaria o desinteresse do município em participarmos de forma efetiva do "Programa Município Resiliente"?

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 12 de maio de 2020.


HUGULINO ALVES RIBEIRO
VEREADOR – PSDB